COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.942, DE 2011

Altera o § 3º do art. 27 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências”, a fim de excluir a aposentadoria como causa da extinção da inscrição no cadastro e no registro do trabalhador portuário.

Autor: Deputado JOÃO PAULO LIMA

Relator: Deputado ALBERTO MOURÃO

I - RELATÓRIO

Vem a esta comissão o Projeto de Lei nº 1.942, de 2011, proposto pelo deputado João Paulo Lima. A iniciativa altera o § 3º do art. 27 da Lei dos Portos (8.630/93), com a finalidade de excluir a aposentadoria do rol dos fatos que dão causa à extinção da inscrição no cadastro e no registro do trabalhador portuário.

Segundo o autor, a perda do vínculo empregatício, decorrente de aposentadoria espontânea, é hipótese já afastada pelo Supremo Tribunal Federal, no que toca aos celetistas. Acredita que os portuários, por similaridade, devem também ter a chance de manter seu registro de trabalho quando requerida a aposentadoria junto à Previdência Social.

Não houve emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Muito embora o projeto traga à luz argumentação de natureza jurídica para justificar que, após a concessão de aposentadoria pela Previdência Social, trabalhadores portuários permaneçam inscritos no cadastro e no registro organizados e mantidos pelo Órgão Gestor de Mão-de-Obra, não é dela que deve se ocupar esta comissão. Cabe-nos, em obediência à distribuição de competências fixada no Regimento Interno da Casa, apreciar a conveniência da proposta sob o ângulo da eficiência dos serviços portuários – ou, em suma, se o trabalho e as atividades portuárias têm a ganhar com a alteração legal pretendida.

Já vai longe o tempo em que do trabalhador portuário se exigia pouquíssima qualificação. Um dos princípios nos quais se fundamenta a modernização portuária é, justamente, a boa formação profissional do trabalhador portuário (aí incluído o treinamento multifuncional). Esse profissional tem de lidar, hoje, com equipamentos sofisticados, processos e ritos complexos, regras variadas, além de interagir com trabalhadores de muitas outras áreas, cada vez mais qualificados. Para torná-lo apto a tudo isso, leva-se tempo e gasta-se dinheiro. Mas não há alternativa: um porto cuja mão-de-obra é despreparada é um porto estagnado, incapaz de bem servir à sociedade.

Nesse sentido, parece desarrazoado exigir, tal como hoje está previsto em lei, a extinção do registro do trabalhador portuário que obteve aposentadoria da Previdência Social, mas, observe-se, permanece querendo prestar serviço no porto. Trata-se de pessoa capacitada, experiente, que acompanhou e se adaptou ao processo de modernização das atividades portuárias. Dispensá-lo, quando ele e a comunidade portuária desejam manter entre si uma relação de trabalho, é medida verdadeiramente descabida.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.942, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado ALBERTO MOURÃO
Relator